

*6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Março de 2011*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 17.03.2011

Ponto 4. **EDUCAÇÃO**

- . QUEIMA DAS FITAS // 2011
- Apoio a Estudantes Oriundos do Concelho

Ponto 5. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

- . CONSTRUÇÃO PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL EM GRANJA DO ULMEIRO
- Adjudicação

Ponto 6. **ACÇÃO SOCIAL**

- . APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
- . APPACDM Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental - IPSS
- Lar Residencial
- . Isenção de Taxas

***6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Março de 2011***

Ponto 7. SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE

- . CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREG. DE SAMUEL
- Adjudicação

Ponto 8. PROTECÇÃO CIVIL

- . EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE
- Protocolo

Ponto 9. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO Á ACTIVIDADE ECONÓMICA

- Isenção de Taxas

9.1. Carpintaria

9.2. Ampliação de Armazém e Alteração ao Uso

Ponto 10. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

- . A1 - Auto-Estrada do Norte
- . Sublanço Pombal/Condeixa
- . Nó de Soure
- Posto de Abrigo – Nova Localização
- . Parecer

Ponto 11. RECURSOS HUMANOS

- . Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
- . Contratação de Serviços Externos
- Adjudicação

Ponto 12. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2011

- . Apreciação de Propostas de Alteração - 2.ª/2.ª - .

Ponto 13. Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.

***6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Março de 2011***

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando as seguintes informações:

*** CULTURA**

Estivemos presentes nalgumas das acções do Programa Comemorativo do 77.º Aniversário da Banda de Soure.

Releve-se a “Boa Saúde” e o dinamismo evidenciados pela Instituição.

*** DESPORTO E TEMPOS LIVRES/ACÇÃO SOCIAL**

Marcámos presença no 10.º Passeio TT, organizado pela APPACDM de Soure com a colaboração do Clube de Tracção Total Aventuras de Soure.

Trata-se, de uma acção com inegável e louvável alcance social, que decorreu com a alegria e sentido de responsabilidade habituais...

*** ACÇÃO SOCIAL**

- Estivemos também presentes nalgumas acções do Programa Comemorativo do 28.º Aniversário do Centro Social de Alfarelos.

Trata-se, inequivocamente, de uma Instituição com uma actividade e dinamismo social, exemplares.

- Acompanhámos a subscrição de um Protocolo entre o Governo de Portugal, através do Senhor Governador Civil do Distrito de Coimbra, e a Santa Casa da Misericórdia de Soure, no âmbito do apoio a trabalhos de natureza simples... concretamente para apoio a uma fase do restauro das obras da Igreja da Misericórdia... No plano económico tratou-se de uma participação pouco significativa, mas constituiu uma mais valia no apoio à valorização do património histórico/cultural.

*** URBANIZAÇÃO E URBANISMO/COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES**

- Quanto a alguns investimentos municipais em curso - a Requalificação do Espaço entre os Rios Anços e Arunca, a Beneficiação da EM 622, Pedrógão do Pranto/limite do Concelho e a Beneficiação da CM 1113, entre Vila Nova de Anços e o Limite do Concelho -, constata-se que estão a decorrer com normalidade...

- Há ainda um conjunto de pequenas intervenções que estão também a ter o seu normal andamento...

***6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Março de 2011***

* A1 - NÓ DO CASCONHO

De acordo com a informação do Senhor Engenheiro da Brisa, com quem temos vindo a manter contactos regulares, a Agência do Ambiente já se terá, em definitivo, pronunciado no sentido de dispensar este investimento de Consulta Pública de Impacto Ambiental e aprovado um Mini Estudo de Ambiente que foi apresentado... isto significa que estará já a decorrer o processo de Abertura de Concurso Público para o novo Nó...

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “estive em representação do Senhor Presidente de Câmara, na Figueira da Foz, no âmbito da apresentação dos Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco da ACES - Agrupamento dos Centros de Saúde do Baixo Mondego II. Foi uma reunião presidida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz e teve diversos oradores conhecedores desta problemática. Estes Núcleos, no fundo, são mais uns instrumentos que vão complementar, em parceria com as Instituições e, em particular, as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, para assim haver uma maior e melhor articulação, no sentido de ultrapassar muitas situações inerentes a esta problemática. Todos nós sabemos a importância das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, mas há uma situação que gostaria de realçar. Houve oradores com mais qualidade, menos qualidade, outros mais conhecedores, outros mais demagógicos, mas houve uma Pedopsiquiatra que me sensibilizou/alertou no sentido de, por vezes, rotularem as pessoas mediante a sua aparência. E no âmbito dos abusos sexuais a menores, na entrevista aos vários intervenientes, é necessário o máximo de rigor e atenção. Porque de dia para dia, vão surgindo novas situações, novos problemas, nomeadamente de avós abusarem sexualmente dos netos. São situações que devemos estar ao corrente, são factos. Porque associado aos avós há sentimento protector. Contudo na entrevista devemos ter a maior atenção. Nestas Comissões é fundamental que estejam pessoas com sensibilidade humana, mas também com conhecimentos técnicos nesta matéria porque, por vezes, podem-se cometer erros irreparáveis.

Na minha opinião, as Comissões deveriam funcionar a tempo inteiro, com profissionais conhecedores desta problemática, podendo-se evitar situações de algum dramatismo e recuperado muitas crianças e jovens. Os recursos financeiros são escassos, mas mais tarde iremos pagar, de uma forma indirecta, a intervenção tardia em muitos casos.”

6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Março de 2011

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “gostaria de fazer uma breve referência àquilo que foi o Desfile de Carnaval Infantil organizado pela Câmara Municipal de Soure. O Desfile de Carnaval teve a participação de setecentas crianças oriundas de nove Freguesias do Concelho, de dezassete Estabelecimentos de Ensino. Foi um Desfile extremamente participado e em que, tal como tínhamos previsto e em resultado da articulação entre a Autarquia e as Escolas, teve a sua componente lúdica mas também a componente pedagógica, uma vez que as crianças trataram o tema da Floresta, tema transversal a todo este Ano Lectivo.

No dia 15 de Março, acompanhei a vinda do Escritor João Manuel Ribeiro ao Concelho de Soure. O Escritor encontrou-se com, aproximadamente, cento e quarenta alunos do 3.º Ano, do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Soure. Houve duas sessões, uma no Centro Escolar das Freguesias de Degraças e Pombalinho e outra no Centro Escolar da Freguesia de Samuel, uma forma de, também alunos, professores e auxiliares de outras Escolas, ficarem a conhecer estes dois equipamentos, tendo-se rentabilizado espaços como a Sala Polivalente e a Biblioteca destes novos Centros Escolares. Esta acção decorreu no âmbito da Semana da Leitura, uma iniciativa promovida a nível nacional pelo Plano Nacional de Leitura em que todas as Bibliotecas Escolares, em articulação com a Biblioteca Municipal, organizam acções que têm sempre como finalidade promover o livro e celebrar o prazer da leitura.

No âmbito das Comemorações do Dia da Árvore e também do Ano 2011 como Ano Internacional das Florestas, promovemos uma acção, em articulação com o Plano de Acção dos doze Jardins de Infância da Rede Pública. Procedeu-se à plantação de árvores/arbustos em cada um dos Jardins de Infância, mas com a particularidade de se ter plantado uma árvore que foi previamente seleccionada pelos nossos técnicos do Gabinete Técnico Florestal e pelo Engenheiro Marcelino, que previamente visitaram os locais e aconselharam a árvore/arbusto a plantar. No dia da plantação, todas as crianças foram envolvidas e sensibilizadas para o facto de aquela árvore ser algo que fica ao cuidado delas. Foi essa a mensagem que se procurou passar às crianças e às próprias educadoras e auxiliares que devem promover acções nos seus espaços exteriores, no sentido de fomentarem o seu arranjo.

A Câmara Municipal colaborou ainda com a Junta de Freguesia de Brunhós numa acção de plantação de oliveiras, designadamente, na preparação dos terrenos onde foram plantadas as oliveiras e no transporte dos alunos que integram o grupo Eco-Ambiente do Agrupamento de Escolas de Soure, que se deslocaram a Brunhós para colaborarem nesta iniciativa.

6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Março de 2011

Está também a decorrer na Biblioteca Municipal, a acção “*Há Histórias... no Jardins da Biblioteca!*”. Esta acção vai prolongar-se no segundo e terceiro período. Nesta acção, para além da importância que se dá ao livro e à leitura, vai-se olhar melhor para o Jardim da Biblioteca. Parte da acção decorre no próprio Jardim, onde todas as árvores estão assinaladas com indicação do respectivo nome.

Aqui as crianças são também sensibilizadas a olhar para aquele Jardim, a preservá-lo e a vê-lo como um espaço interessante para ler e para o lazer.

É desta forma transversal que precocemente se vai chamando a atenção da comunidade escolar, designadamente, dos mais jovens para a importância da natureza, da floresta e daí também o nome genérico que demos a esta acção: “*A Natureza... A Floresta... O Jardim... Descobrir para Valorizar e Proteger!!!*”.”

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências . Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 17.03.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----

Ponto 4. EDUCAÇÃO

. QUEIMA DAS FITAS // 2011

- Apoio a Estudantes Oriundos do Concelho

Foi presente a seguinte proposta:

Assunto: **EDUCAÇÃO**

• H /> +> >>>

• >>> ■ /> +>/> >X +>> +> >>>>

Tradicionalmente, estudantes universitários oriundos do Concelho de Soure solicitam à CÂMARA MUNICIPAL um apoio à sua participação na FESTA DA QUEIMA DAS FITAS, designadamente, no que toca à elaboração das também tradicionais “Plaquettes”, brochuras onde constam as caricaturas dos grupos de estudantes que integram cada carro alegórico participante no Cortejo, ponto alto daquela Festa Académica.

**6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Março de 2011**

Neste quadro, à semelhança dos anos anteriores, proponho que a CÂMARA MUNICIPAL aprove a atribuição, aos estudantes que o solicitem, de um apoio simbólico, que se concretize no patrocínio de 1/8 de página, espaço no qual a Autarquia deseja Felicidades Académicas aos Estudantes Universitários do Concelho de Soure.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)

* Por Delegação e Subdelegação de Competências, Despacho
do Exmo. Senhor Presidente da Câmara de 06.11.2009
2011.03.29

e

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **Queima das Fitas**
- Pedidos de Apoio

Surgem todos os anos, por esta altura, diversos pedidos de estudantes universitários oriundos do **Concelho de Soure** para apoio à realização da tradicional festa da **Queima das Fitas**.

A Câmara Municipal tem aprovado anualmente apoiar com 1/8 de página de publicidade, nas “Plaquettes” (Livros de Curso), no qual a Autarquia deseja felicidades Académicas aos estudantes universitários do Concelho de Soure, de acordo com o exemplar anexo.

Até esta data e relativamente ao ano lectivo em curso, deram 11 pedidos, registados no mapa que se junta.

À consideração superior,
O Técnico Superior
Luís Duque
Soure, 28 de Março de 2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

Ponto 5. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

. CONSTRUÇÃO PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL EM GRANJA DO ULMEIRO

**6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Março de 2011**

- Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL EM GRANJA DO ULMEIRO

ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de 11.02.2011, foi decidido recorrer à figura do **concurso público**, de acordo com o novo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima identificada.

O Relatório Final mantém a proposta de ordenação constante do Relatório Preliminar:

PROPOSTA				PESO ESPECÍFICO		Valor relativo
Ordem	Concorrente/Proposta	Preço	Prazo	Preço	Prazo	
1	Consórcio Construções Alberto Vasco, S.A. e TORRICENTRO 2 – CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A.- <i>Variante</i>	859.020,16 €	150	0,774	0,540	1,314
2	Consipel – Construções Simões Pereira, Lda - <i>Variante</i>	834.709,99 €	180	0,797	0,450	1,247
3	Alberto Couto Alves, S.A. - <i>Variante</i>	896.200,00 €	180	0,742	0,450	1,192
4	J.B. Pires Construções, Lda. - <i>Variante</i>	799.690,00 €	232	0,832	0,349	1,181
5	Construções Irmãos Peres, S.A.	784.683,93 €	270	0,847	0,300	1,147
6	J.B. Pires Construções, Lda.	799.690,00 €	270	0,832	0,300	1,132
7	Consipel – Construções Simões Pereira, Lda	834.709,99 €	270	0,797	0,300	1,097
8	Consórcio Construções Alberto Vasco, S.A. e TORRICENTRO 2 – CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A.	861.520,16 €	270	0,772	0,300	1,072
9	Construcentro – Construções Civis do Centro, Lda	865.778,81 €	270	0,768	0,300	1,068
10	Vidal Pereira & Gomes, Lda.	870.296,20 €	270	0,764	0,300	1,064
11	Alberto Couto Alves, S.A.	896.200,00 €	270	0,742	0,300	1,042
12	Manuel Vieira Bacalhau, Lda	907.119,18 €	270	0,733	0,300	1,033
13	Nogueira & Matias, Lda.	913.199,93 €	270	0,728	0,300	1,028
14	Canas – Electro-Montagens, S.A.	917.872,52 €	270	0,725	0,300	1,025
15	Joaquim Fernandes Marques & Filho, S.A.	924.000,00 €	270	0,720	0,300	1,020
16	A. Baptista de Almeida, S.A.	939.096,74 €	270	0,708	0,300	1,008
17	Zucotec – Sociedade de Construções, Lda	948.649,86 €	270	0,701	0,300	1,001

6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Março de 2011

Durante a fase de audiência prévia, efectuada nos termos do artigo 123.º do CCP, Elaborado o relatório preliminar e enviado aos concorrentes para que se pronunciassem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, foram, durante o período definido para o efeito, apresentadas duas pronúncias sobre o conteúdo do mesmo.

Tendo em conta o critério de adjudicação, o Júri propõe, no seu relatório final, a adjudicação da presente empreitada ao consórcio constituído pelas empresas **Construções Alberto Vasco, S.A. e Torricentro 2 – Construção e Obras Públicas, S.A.** – Variante.

Face ao disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, é exigida a redução a escrito do contrato de empreitada, estando o mesmo sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, uma vez que o valor contratual ultrapassa o limite estabelecido no art.º 152.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2011.

Deverá o concorrente ser notificado da decisão de adjudicação e para apresentar, no prazo de 10 dias, todos os documentos de habilitação, bem como a respectiva caução – cfr. art. 77.º do CCP e ponto 6 do Programa de Procedimento -. Após comprovada a prestação da caução é que a minuta do contrato poderá ser aprovada e notificada ao adjudicatário para que, no prazo de 5 dias, se pronuncie sobre a mesma – cfr. art. 98.º e segs. do CCP-.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. Homologação do **relatório preliminar e final de análise das propostas;**
2. A **adjudicação** da presente empreitada ao consórcio constituído pelas empresas **Construções Alberto Vasco, S.A. e Torricentro 2 – Construção e Obras Públicas, S.A.** – Variante;
3. **Notificar** o consórcio adjudicatário, nos termos do art. 77.º do CCP, para, no prazo do estabelecido no programa de procedimento, apresentar os documentos de habilitação, bem como a respectiva caução;
4. **Delegar** no Presidente, com possibilidade de subdelegação, competências para aprovação da minuta do contrato e outorga do mesmo;
5. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **859.020,16 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão O.P.M.
(Mário Monteiro, Eng.º)
25.03.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação à empresa que apresentou a proposta mais favorável, conforme decorre da informação técnica do Senhor Chefe de Divisão de Obras Públicas Municipais, bem como as demais sugestões constantes da conclusão da mesma.-----

Ponto 6. ACÇÃO SOCIAL

***6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Março de 2011***

- . APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
- . APPACDM Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental - IPSS
- Lar Residencial
- . Isenção de Taxas

Foram presentes as seguintes informações:

assunto: Alteração da utilização para Lar Residencial – Isenção de Taxas

processo: 72/2009

requerente: APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

local: Rua Antonio José Carvalho Ventura - Soure

O presente processo é relativo à alteração de utilização do rés-do-chão de um edifício para lar residencial e o primeiro andar para serviços administrativos.

Em virtude da constituição do edifício em propriedade horizontal e da realização de algumas obras de beneficiação no rés-do-chão, foi solicitada a emissão de alvará de utilização apenas para a fracção do lar residencial.

Foi efectuada vistoria no dia quatro de Março de 2011, tendo-se concluído que reúne condições para o fim a que se destina.

O valor da taxa a cobrar pela emissão do alvará de autorização de utilização seria de 37,15€.

Face ao teor da informação jurídica em anexo, a requerente reúne os requisitos previstos no artigo 25 do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que pode ser isenta do pagamento da taxa referente à emissão do alvará de autorização de utilização.

Maria José O. Carvalhão – Eng^a
Chefe de Divisão O.P.U.
24 de Março de 2011

e

Parecer Jurídico

***6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Março de 2011***

assunto: Alteração da utilização de Lar Residencial

processo: 72/2009

requerente: APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

local: Rua Antonio Jose Carv. Ventura - - Soure

Assunto: Taxas. Isenção

A APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, vem, requerer a isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão de autorização de utilização, no âmbito do processo de licenciamento de obras n.º72/2009, relativo à alteração ao uso para Lar Residencial dos utentes e Serviços Administrativos.

A requerente instruiu o seu pedido com documento comprovativo da titularidade do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social.

A isenção ou redução subjectiva de taxas municipais, encontra-se prevista no Capítulo III do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais.

Ali, o n.º1 do artigo 25.º, dispõe que *“estão isentas do pagamento de taxas as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, as instituições particulares de solidariedade social, bem como as de mera utilidade pública, relativamente aos actos e factos se destinem à directa e imediata realização dos seus fins”*.

O n.º10 do mesmo artigo, refere ainda que a apreciação e decisão de eventual isenção ou redução de taxas, carece de formalização de pedido que deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

Analisando o pedido e os documentos anexos, a requerente comprovou tratar-se de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que tem como fim principal a promover a integração na sociedade do cidadão com deficiência mental, no respeito pelos princípios de normalização personalização, individualização e bem-estar, pelo que se encontram reunidos os requisitos previstos no n.º1 do referido artigo 25.º, no que respeita à natureza jurídica e à finalidade estatutária.

Verifica-se também que, a entidade requerente não tem dívidas vencidas para com o Município de Soure, cumprindo com o disposto no n.º10 do mesmo artigo.

***6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Março de 2011***

Em face do exposto somos de parecer que:

A requerente reúne os requisitos previstos no artigo 25.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que pode ser isenta do pagamento das taxas municipais referentes ao processo em questão.

7 de Março 2011

À consideração superior,



(Edgar J. Domingues, Dr.)

Foi tomado conhecimento.-----

**Ponto 7. SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE
. CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREG. DE SAMUEL
- Adjudicação**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE
CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREGUESIA DE SAMUEL - CONCLUSÃO
ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de 11.02.2011, foi decidido recorrer à figura do **concurso público**, de acordo com o novo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima identificada.

***6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Março de 2011***

O Relatório Final mantém a proposta de ordenação constante do Relatório Preliminar:

EMPRESA	VALOR	PRAZO (DIAS)
CONSTRUÇÕES A. MARTINS RODRIGUES, LDª - VARIANTE	209.869,44 €	120
J. B. PIRES CONSTRUÇÕES, LDª - VARIANTE	211.885,00 €	138
CONSTRUÇÕES ALBERTO VASCO, S.A. - VARIANTE	229.839,77 €	120
CONSTRUÇÕES MARVOENSE, LDª - VARIANTE	239.856,10 €	120
CONSTRUÇÕES A. MARTINS RODRIGUES, LDª - BASE	209.869,44 €	180
J. B. PIRES CONSTRUÇÕES, LDª - BASE	211.885,00 €	180
CONSTRUÇÕES ALBERTO VASCO, S.A. - BASE	229.839,77 €	180
VITOR M. C. ANTUNES, LDª	231.762,00 €	180
VIDAL PEREIRA & GOMES, LDª	233.295,25 €	180
CONSTRUÇÕES MARVOENSE, LDª - BASE	239.856,10 €	180

Durante a fase de audiência prévia, efectuada nos termos do artigo 123.º do CCP, nenhum dos concorrentes notificados se pronunciou, por escrito, sobre o relatório preliminar.

Tendo em conta o critério de adjudicação, o Júri propõe, no seu relatório final, a adjudicação da presente empreitada à empresa **Construções A. Martins Rodrigues Ldª**.

Face ao disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, é exigida a redução a escrito do contrato de empreitada.

Deverá o concorrente ser notificado da decisão de adjudicação e para apresentar, no prazo de 10 dias, todos os documentos de habilitação, bem como a respectiva caução – cfr. art. 77.º do CCP e ponto 6 do Programa de Procedimento -. Após comprovada a prestação da caução é que a minuta do contrato poderá ser aprovada e notificada ao adjudicatário para que, no prazo de 5 dias, se pronuncie sobre a mesma – cfr. art. 98.º e segs. do CCP-.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. Homologação do **relatório preliminar e final de análise das propostas**;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Construções A. Martins Rodrigues Ldª**;

**6.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Março de 2011**

3. **Notificar** a empresa adjudicatária, nos termos do art. 77.º do CCP, para, no prazo do estabelecido no programa de procedimento, apresentar os documentos de habilitação, bem como a respectiva caução;
4. **Delegar** no Presidente, com possibilidade de subdelegação, competências para aprovação da minuta do contrato e outorga do mesmo;
5. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **209.869,44 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão O.P.M
(Mário Monteiro, Eng.º)
25.03.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação à empresa que apresentou a proposta mais favorável, conforme decorre da informação técnica do Senhor Chefe de Divisão de Obras Públicas Municipais, bem como as demais sugestões constantes da conclusão da mesma.-----

Ponto 8. PROTECÇÃO CIVIL

**. EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE
- Protocolo**

O Senhor Presidente referiu que: “na reunião de 31 de Janeiro de 2011, tive oportunidade de vos recordar que em 2007 tínhamos aprovado a subscrição de um Protocolo com a Autoridade Nacional de Protecção Civil, em representação do Ministério da Administração Interna e com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Soure para as Equipas de Intervenção Permanente e que esse Protocolo tinha a validade de três anos... Perante um ofício recente da Autoridade Nacional de Protecção Civil, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Soure já manifestou interesse em que o Protocolo fosse renovado, e nós também expressámos que a nossa intenção era a mesma...

Na sequência dessas respostas, a Autoridade Nacional de Protecção Civil fez chegar à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Soure e à Câmara Municipal três exemplares de um novo Protocolo, que, na prática, consagra uma renovação nos “mesmos termos” do de 2007, por mais três anos...

Porém, como o Protocolo inicial terminava em Janeiro e este foi assinado em Fevereiro, houve necessidade de assinar um Acordo para o Enquadramento de

***6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Março de 2011***

Pessoal Destinado a Integrar as Equipas de Intervenção Permanente, para justificar a forma de resolução do “problema” no período que decorreu desde o terminus da vigência do Protocolo anterior até à entrada em vigor deste novo.

Assim, propõe-se que aproveemos a ratificação da subscrição do Protocolo para o Enquadramento de Pessoal destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente e a ratificação da subscrição do Acordo para o Enquadramento de Pessoal Destinado a Integrar as Equipas de Intervenção Permanente relativo ao período que mediou entre a data de caducidade do anterior e o início da vigência do novo.”

Anexam-se à Acta cópias do Protocolo e do Acordo.

Deliberado, por unanimidade, ratificar a subscrição do presente Protocolo.-----

Deliberado, por unanimidade, ratificar a subscrição do Acordo para o Enquadramento de Pessoal Destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente relativo ao período entre a data da caducidade do anterior e o início da vigência do novo.-----

**Ponto 9. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO Á ACTIVIDADE ECONÓMICA
- Isenção de Taxas**

9.1. Carpintaria

Foram presentes as seguintes informações:

assunto: Pedido de Licenciamento para Legalização de Carpintaria

processo: 83/2006

requerente: Celeste Domingues Lourenco

local: Mogadouro - Soure

O presente processo é relativo à legalização de um edifício para carpintaria.

O valor da taxa a cobrar pela emissão do alvará de licença de obras seria de 585,22 €.

Nos termos da informação jurídica em anexo, sugere-se o deferimento do presente pedido de isenção do pagamento de taxas.

À Consideração Superior

Maria José Carvalhão – Eng^a

Chefe de Divisão de O. P. U.

24 de Março de 2011

**6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Março de 2011**

e

Parecer Jurídico

Assunto: Licenciamento para Legalização de carpintaria

processo: 83/2006

requerente: Celeste Domingues Lourenco

local: Mogadouro - Soure

No âmbito do processo referido em epígrafe, é requerida a isenção de taxas devidas pelo licenciamento de obras de construção de carpintaria – Indústria de Tipo 4.

O pedido de licenciamento foi deferido em 28/04/2009, ou seja ainda na vigência do “*Regulamento e Tabela de Taxas de Licenças e de Prestação de Serviços Municipais*”, pelo que ao abrigo do Princípio da não retroactividade das normas jurídicas, é aplicável este regime de taxas, apesar de actualmente se encontrar revogado.

Em matéria de isenções subjectivas de taxas municipais, o “*Regulamento e Tabela de Taxas de Licenças e de Prestação de Serviços Municipais*” previa no n.º1 do seu artigo 3.º a isenção de pessoas colectivas de direito público, pessoas colectivas de utilidade pública, associações culturais e comissões fabriqueiras.

No n.º2 do mesmo artigo, é prevista a possibilidade de a Câmara Municipal isentar outras entidades, do pagamento de taxas de licenças, desde que tal acto se revista de natureza excepcional e seja devidamente justificado.

Na presente situação trata-se do licenciamento de uma indústria, tendo a Câmara Municipal, em situações semelhantes anteriores, considerado a prossecução de actividade económica como justificativa da isenção de taxas, dado o desenvolvimento que traz para o concelho.

Em face do exposto somos de parecer que:

Ao abrigo do n.º2 do artigo 3.º do RTTLPSM, poderá ser concedida, a Celeste Domingues Lourenço, a isenção de taxas devidas pelo licenciamento de obras de construção de Carpintaria – Industria de Tipo 4.

15 de Março de 2011

À consideração superior,



(Edgar J. Domingues, Dr.)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho de Isenção.-----

9.2. Ampliação de Armazém e Alteração ao Uso

Foram presentes as seguintes informações:

***6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Março de 2011***

assunto: Comunicação Prévia para legalização de ampliação de um armazém e alteração ao uso

processo: 81/2010

requerente: Daniel José da Costa Marques

local: Zona Industrial - Soure

O presente processo é uma comunicação prévia para legalização da alteração e ampliação de um armazém, e alteração ao uso para instalação de armazém e oficina de manutenção e reparação auto.

O edifício situa-se no lote 29 da Zona Industrial de Soure.

O valor da taxa a cobrar pela admissão de comunicação prévia seria de 260 €.

Face ao teor da informação jurídica em anexo, o requerente reúne os requisitos previstos no artigo 25 do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que pode ser isento do pagamento da taxa referente à admissão da comunicação prévia.

Maria José Carvalhão - Eng^a
Chefe de Divisão O.P.U.
24 de Março de 2011

E

Parecer Jurídico

assunto: Comunicação Prévia para Ampliação de oficina auto/ armazém

processo: 81/2010

requerente: Daniel José da Costa Marques

local: Zona Industrial - Soure

Assunto: Taxas. Isenção

No âmbito do processo referido em epígrafe, é requerida a isenção de taxas devidas pelo licenciamento de obras de alteração e ampliação para instalação de armazém e oficina de manutenção e reparação auto.

As obras realizam-se no edifício implantado no lote 29 da Zona Industrial de Soure (ZIS), correspondente ao lote 37 do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure.

6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Março de 2011

Por despacho de 11/02/2011, foi admitida a comunicação prévia da realização das obras.

Em 02/03/2011, foi requerida a isenção de taxas.

A isenção ou redução subjectiva de taxas municipais, encontra-se prevista no Capítulo III do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais.

O n.º2 do artigo 25.º, dispõe que *“todos os pedidos relativos a operações urbanísticas estão isentos do pagamento de taxas quando digam respeito a edificações localizadas dentro das Zonas de Actividade Económica.”*

O n.º10 do mesmo artigo, refere ainda que a apreciação e decisão de eventual isenção ou redução de taxas, carece de formalização de pedido que deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

Analisando o pedido verifica-se que a operação urbanística se insere em Zona de Actividade Económica do concelho de Soure, pelo que se encontra reunido o requisito previsto no n.º2 do referido artigo 25.º, no que respeita à localização da operação urbanística.

Em face do exposto somos de parecer que:

O requerente reúne o requisito previsto no n.º2 do artigo 25.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que está isento do pagamento das taxas municipais referentes ao processo em questão.

15 de Março de 2011
À consideração superior,



(Edgar J. Domingues)

Foi tomado conhecimento.-----

**Ponto 10. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES
. A1 - Auto-Estrada do Norte**

***6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Março de 2011***

- . Sublanço Pombal/Condeixa
- . Nó de Soure
 - Posto de Abrigo – Nova Localização
- . Parecer

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: - A1 - SUBLANÇO POMBAL/CONDEIXA
- NÓ DE SOURE
- Localização do novo posto de abrigo
- Reanálise da localização

Relativamente ao tema em assunto, na sequência de anterior análise à localização do abrigo de passageiros em causa, datada de 2010-05-26, comunicada á BEG - Brisa Engenharia e Gestão, S.A. em 2010-06-04 e presente à RC de 2010-06-17 para conhecimento, informamos:

1. A Brisa, no âmbito do desenvolvimento do projecto do Nó de Soure, após a realização de uma auditoria de segurança rodoviária à solução analisada em 2010-05-26, para a localização proposta para o abrigo, apresenta, agora, duas novas soluções, para nossa análise e parecer;
2. A análise das duas soluções propostas, efectuada pelos serviços técnicos da Divisão de Obras Públicas e Municipais, em conjunto com os presidentes das juntas de freguesia de Soure e Tapéus, mereceu o seguinte parecer:
 - i. Consideramos que a solução que apresenta uma zona apenas para localização do abrigo, adjacente à rotunda, isto é, a que prevê um espaço próprio e único para paragem dos autocarros, seja qual for o seu sentido de circulação, é a que melhor serve os utilizadores, pelas seguintes razões:
 - A sua proximidade à localização actual, está prevista a sua implantação sobre a actual via de ligação a Casconho;
 - A consideração de uma via independente de paragem para os autocarros, seja qual for o seu sentido de deslocação;
 - A garantia das necessárias condições de segurança, pois não obriga a travessias da via principal;

À consideração superior,
(Mário Monteiro, Eng.º.
Chefe Div. OPM)
2011-03-21

***6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Março de 2011***

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Emissão de um Parecer em conformidade com a conclusão constante da informação do Senhor Chefe de Divisão de Obras Públicas Municipais.-----

Ponto 11. RECURSOS HUMANOS

- . Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
- . Contratação de Serviços Externos
- Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: RECURSOS HUMANOS

SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS
- ADJUDICAÇÃO

Por deliberação da Reunião de Câmara de 23.12.2010, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, como procedimento prévio à adjudicação dos serviços acima mencionados.

O Relatório Final mantém a proposta constante do Relatório Preliminar:

EMPRESA	VALOR
SEGHISA	11.475,00€

O Júri ponderou as observações efectuadas pelo concorrente “Cligeral”, ao abrigo do direito de audiência prévia - artigo 123º do Código dos Contratos Públicos -, mantendo, no entanto, a sua exclusão.

Desta forma, o Júri propõe, no seu Relatório Final, a adjudicação dos presentes serviços à empresa “Seghisa”.

De acordo com o n.º 1 do artigo 94º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, o contrato do presente serviço será reduzido a escrito.

CONCLUSÃO

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. A Aprovação da minuta do contrato;
2. A homologação do Relatório Preliminar e Final de análise das propostas;

***6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Março de 2011***

3. A adjudicação do presente fornecimento à empresa “Seghisa”;
4. Autorização para a realização da despesa no valor de 11.475,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À consideração superior,
O Técnico-Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
28.03.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 12. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2011
. Apreciação de Propostas de Alteração - 2.ª/2.ª - .

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor e duas (2) abstenções, aprovar as Propostas de Alteração - 2.ª/2.ª - .-----